



Número: **0848203-79.2020.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **16ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **28/09/2020**

Valor da causa: **R\$ 11.812,50**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ERICKA CASSIMIRO DA SILVA (AUTOR)		PAULO ROBERTO DA SILVA ROLIM (ADVOGADO)	
MAPFRE (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
34845142	28/09/2020 22:28	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
34845145	28/09/2020 22:28	<a href="#">1 - Petição inicial - Ericka Cassimiro da Silva</a>	Documento de Comprovação
34845147	28/09/2020 22:28	<a href="#">2 - Procuração</a>	Procuração
34845449	28/09/2020 22:28	<a href="#">3 - Identificação e comprovante de residência</a>	Documento de Identificação
34845450	28/09/2020 22:28	<a href="#">4 - Documentos médicos</a>	Documento de Comprovação
34845451	28/09/2020 22:28	<a href="#">5 - Boletim de ocorrência</a>	Documento de Comprovação
34845453	28/09/2020 22:28	<a href="#">6 - Documento da motocicleta</a>	Documento de Comprovação
34845455	28/09/2020 22:28	<a href="#">7 - Resultado administrativo</a>	Documento de Comprovação
34858937	30/09/2020 11:43	<a href="#">Despacho</a>	Despacho

Em anexo.



**AO JUÍZO DE DIREITO DA \_ VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOÃO PESSOA – PB.**

**ERICKA CASSEMIRO DA SILVA**, brasileira, solteira, do lar, portadora do RG nº 2766783 SSP/PC/PB e CPF nº 046.451.344-85, residente e domiciliada na Rua Bom Jesus, nº 249, Sesi, Bayeux/PB, CEP 58306060, por seu advogado *in fine* subscrito, com endereço profissional situado à Rua Professor Manoel Coutinho, 391, Bairro dos Estados, João Pessoa/PB, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, propor a presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO  
SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT**

em desfavor da **MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 61.074.175/0082-01, com endereço na Av. Presidente Epitácio Pessoa, 723, Bairro dos Estados, João Pessoa – PB, CEP 58030-000, o que faz pelos fundamentos fáticos e jurídicos abaixo articulados

**I - DA JUSTIÇA GRATUITA**

Conforme explanado no artigo 98 CPC, a parte Autora pleiteia os benefícios da assistência judiciária gratuita, em razão de sua enorme hipossuficiência econômica que não lhe permite, atualmente, pagar custas do processo e honorários advocatícios, sem prejuízo de seu sustento e de sua família.

**II – DAS PUBLICAÇÕES E COMUNICAÇÕES DOS ATOS PROCESSUAIS**

Requer, desde já, a parte Autora que todas as publicações e comunicações dos atos processuais sejam realizadas em nome do advogado **PAULO ROBERTO DA SILVA ROLIM – OAB/PB 27.856**, cujo endereço eletrônico para qualquer comunicação é [paulorolimmadv@gmail.com](mailto:paulorolimmadv@gmail.com) e endereço profissional situado à Rua Professor Manoel Coutinho, nº 391, Bairro dos Estados, João Pessoa-PB. CEP: 58030-222, sob pena de nulidade em caso de descumprimento, nos termos do **art. 272, § 5º, do CPC/2015**.

**III – DA LEGITIMIDADE PASSIVA**



Não obstante a criação da Seguradora Líder, qualquer seguradora participante do Consórcio DPVAT é parte legítima para figurar no polo passivo da demanda.

Nesse sentido, a Suprema Corte no recurso extraordinário, sustentou entendimento acerca dos artigos 1º, inciso III, e 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal.

O Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao julgar as Ações Diretas de Inconstitucionalidade n.ºs 4.350/DF e 4.627/DF, ambas relatadas pelo Ministro Luiz Fux, e o Recurso Extraordinário com Agravo n.º 704.520/SP, relator o ministro Gilmar Mendes, **com repercussão geral reconhecida, concluiu pela constitucionalidade das alterações promovidas na legislação do seguro DPVAT pelas Leis n.ºs 11.482/07 e 11.945/09.**

Ocorrendo o sinistro na vigência da Lei n.º 11.482/2007, o valor da indenização deve ser no máximo de R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), aplicando-se as Resoluções do CNSP e da SUSEP, **para adequar a indenização ao percentual da invalidez suportada.**

Dessa forma, a correção monetária deve ocorrer a partir do evento danoso e os juros de mora devem incidir desde a citação, conforme estabelece o artigo 405 do Código Civil e a Súmula n.º 43 do STJ.

Igualmente, o posicionamento do STJ na súmula 540, expõe que: **"Na ação de cobrança do seguro DPVAT, constitui faculdade do autor escolher entre os foros do seu domicílio, do local do acidente ou ainda do domicílio do réu".**

Por isso, a jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, é cristalina, acerca da matéria:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA PARCIAL. IRRESIGNAÇÃO DA SEGURADORA/PROMOVIDA. PRELIMINARES DE AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR E ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. Verificando-se que a ação foi ajuizada antes do marco (03.09.2014) estabelecido, pelo STF, na modulação de efeitos do paradigma (RE 631.240) a partir do qual se exigiu o prévio requerimento administrativo para fins de demonstração do interesse de agir; e observando-se, ainda, que a seguradora/promovida apresentou contestação e seguiu defendendo, durante os trâmites processuais, a inexistência de direito da parte ao recebimento da indenização securitária pleiteada na exordial, configurada está a resistência à pretensão autoral, o que evidencia o interesse de agir da parte. **De**



acordo com posicionamento assente na jurisprudência pátria, qualquer das seguradoras consorciadas do seguro DPVAT tem legitimidade para figurar no polo passivo de ação que tenha por objeto o pagamento do referido seguro, podendo o autor optar pelo manejo contra qualquer delas, sem se exigir a inclusão da seguradora líder. MÉRITO. AUTOR VÍTIMA DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. LAUDO PERICIAL QUE ATESTOU DEBILIDADE PERMANENTE PARCIAL (30%) NA MÃO ESQUERDA. NEXO CAUSAL PRESENTE. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA DEVIDA. MONTANTE INDENIZATÓRIO QUE DEVE SER FIXADO EM VALOR PROPORCIONAL AO GRAU DE DEBILIDADE, COM APLICAÇÃO, PARA FINS DE QU.<sup>1</sup>

#### IV- DOS FATOS

No dia 17/02/2020, por volta das 23h00min, a parte Autora foi vítima de acidente automobilístico enquanto transitava na garupa de uma motocicleta, nos arredores da Tambay Motors, na ocasião em que o condutor foi passar por uma lombada na qual a promovente se desequilibrou e fora arremessada ao solo, logo em seguida o condutor junto com moradores vizinhos prestaram socorro e ligaram para o Corpo de Bombeiros, o incidente ocorreu durante o percurso na Rua Diogenes Chianca, SESI, Bayeux/PB, na motocicleta conduzida por ESTENILDO DOS SANTOS LIMA, CPF 012.509.274-12, de marca HONDA/CG 160 FAN, ANO/MOD 2018/2019, COR VERMELHA, PLACA: OGA5221/PB, CHASSI 9C2KC2200KR103391, registrada em nome de TARCISIO CUSTODIO DE LIMA, CPF 540.008.587-34.

Em virtude do ocorrido, foi resgatada e encaminhada ao Complexo Hospitalar de Mangabeira (Trauminha). No seu atendimento médico foi constatado que a promovente apresentava **FRATURA EXPOSTA DO PLATO TIBIAL ESQUERDO (CID 10 S82.1)**, tendo que se submeter a procedimento cirúrgico.

Cumprе ressaltar, que alhe implicou sequelas permanentes, dentre as quais: **MARCHA CLAUDICANTE, PERDA DE FORÇA, REDUÇÃO DA MOBILIDADE, DORES CONSTANTES, INCHAÇO, DORMÊNCIA E FORMIGAMENTO**, conforme laudos médicos acostado aos autos.

A parte Promovente, em decorrência do acidente de trânsito sofrido, de posse da documentação exigida em Lei, procurou uma das seguradoras conveniadas à Comprev,

<sup>1</sup> TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00002107920078150271, - Não possui -, Relator DESA. MARIA DE FÁTIMA MORAES BEZERRA CAVALCANTI, j. em 18-06-2019).



SINISTRO/PROTOCOLO Nº 3200167386, para receber a indenização pelo acidente de trânsito ocorrido, tendo recebido o restrito valor de R\$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete e cinquenta centavos), valor este muito aquém da gravidade das lesões permanentes e do estabelecido em Lei.

Sendo assim, não restou alternativa a Promovente senão pleitear a justa indenização a ela devida, no que tange ao seguro obrigatório DPVAT, em razão da invalidez permanente do grave acidente de que foi acometida, em observância à disposição contida no inciso II, do artigo 3º, da Lei nº 6.194/74 alterado pela Lei nº 11.482/2007.

## V – DO DIREITO

A cobertura do seguro obrigatório – DPVAT – abrange os casos de indenização por morte ou por invalidez permanente e de reembolso de despesas médico-hospitalares, objetivando proporcionar a todas as vítimas de acidentes automobilísticos indenizações pelos danos sofridos.

Para o recebimento do seguro DPVAT, nos termos do art. 5º da Lei 6.194/74, com as alterações dadas pela Lei 8.441/92, basta que se comprove o acidente e o dano dele decorrente.

No caso em deslinde, observa-se a presença dos dois requisitos mencionados em lei. Primeiramente, a parte promovente foi vítima de acidente de trânsito, sendo surpreendida com o incidente danoso.

Ademais, e para assegurar que lhe é devido justa indenização, o acidente resultou em invalidez permanente, como bem demonstrado por laudos médicos em anexo.

Por assim ser, a Promovente preencheu todos os requisitos do art. 5º da Lei 6.194/74, quais sejam: **PROVA DO ACIDENTE DE TRÂNSITO E O DANO ORIUNDO DELE.**

Sobre isso, a jurisprudência dominante:

AGRAVO INTERNO. MONOCRÁTICA NA QUAL NEGOU- SE SEGUIMENTO À APELAÇÃO CÍVEL MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE. DESPROVIMENTO. **Para pagamento da indenização referente ao seguro DPVAT, exige a Lei 6.194 de 19 de novembro de 1974, em seu artigo 5.º, a simples prova do acidente e do dano dele decorrente**, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro,



abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.<sup>2</sup>

APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA SEGURO DPVAT. COMPROVAÇÃO DO ACIDENTE DE TRÂNSITO DEMONSTRADA. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. Para o pagamento da indenização securitária DPVAT é necessária a comprovação do acidente de trânsito e do dano decorrente, conforme o art. 5.º, caput, da Lei 6.194/74. O autor juntou cópia do boletim de ocorrência e de prontuário médico de urgência, pelo que é afastada a hipótese de impossibilidade jurídica do pedido, pois suficientemente instruída a inicial. A correção monetária incide a partir da data do evento danoso. Os juros de mora deverão incidir a partir da citação.<sup>3</sup>

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT - COMPROVAÇÃO DO ACIDENTE E DO DANO DECORRENTE - EFETUADA - LAUDO PERICIAL PARTICULAR - PROVA NÃO IMPUGNADA - INVALIDEZ PERMANENTE - DANO CORPORAL PARCIAL - SINISTRO OCORRIDO DEPOIS DA ALTERAÇÃO INTRODUZIDA PELA LEI Nº. 11.482/2007 E PELA LEI 11.945/09-QUANTUM PROPORCIONAL. Nos termos do artigo 5º da Lei nº 6.194/74, para que a vítima faça jus ao recebimento de indenização por invalidez referente ao seguro obrigatório, basta a comprovação da prova do acidente e do dano decorrente, ônus do qual se desincumbiu o autor. Nos termos do art. 333, II do CPC, compete ao réu provar a existência de fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor. O julgador não está adstrito ao laudo pericial, entretanto, é este o meio de suprir a carência de conhecimentos técnicos para a apuração dos fatos, mormente quando a elucidação do fato depender de conhecimento técnico.<sup>4</sup>

Entretanto, vejamos o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, *in verbis*: Súmula 474 - A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.

Desse modo, é vislumbrada a clareza do legislador, ao estabelecer, em seu “art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida

<sup>2</sup> (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº00025857920128150141, 3ª Câmara Especializada Cível, Relatora DESA. MARIA DAS GRAÇAS MORAIS GUEDES, j. em 27-10-2015)

<sup>3</sup> (TJ-MG - AC: 10325130001424001 MG, Relator: Amorim Siqueira, Data de Julgamento: 30/07/2014, Câmaras Cíveis / 9ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 06/08/2014)

<sup>4</sup> (TJ-MG - AC: 10647140033257001 MG, Relator: Edison Feital Leite, Data de Julgamento: 28/05/2015, Câmaras Cíveis / 15ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 09/06/2015)



qualquer franquia de responsabilidade do segurado.”

Acompanhando os ensinamentos das Cortes Superiores, vejamos jurisprudência do TJPB:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - **ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO - SEQUELA - DANO DEFINITIVO PARCIAL INCOMPLETO** - MÃO ESQUERDA - GRADUAÇÃO MÉDIA DA INCAPACIDADE PERMANENTE 75% (SETENTA E CINCO POR CIENTO) - **OBSERVÂNCIA DA TABELA ANEXO DA LEI Nº 6.194/1974** - QUANTUM ESTIPULADO NA SENTENÇA - MANUTENÇÃO DA SENTENÇA - ART. 932, IV, A DO CPC/15 - DESPROVIMENTO DA APELAÇÃO. - A Súmula nº 474 do Superior Tribunal de Justiça respalda que: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez."<sup>5</sup>

Desta forma, **por tratar-se de invalidez reconhecida por parte da seguradora COMPREV, é inadmissível o valor ofertado por parte da ré, que em total discrepância com o valor estabelecido pela tabela anexo da Lei nº 6.194/1974, indenizando a autora com quantia demasiadamente inferior.**

Sendo assim, a promovente não encontrou outra saída, senão buscar a tutela do Poder Judiciário, com embasamento jurídico previsto na Constituição Federal, bem como na Lei 6.194/74.

## VI – DOS REQUERIMENTOS FINAIS

Pelo exposto, requer a **TOTAL PROCEDÊNCIA DA AÇÃO**, nos seguintes termos:

- a) A citação da empresa seguradora, na pessoa do seu representante legal, a fim de que, querendo, apresente sua defesa, no tempo devido, sob pena de revelia, vide arts. 239 e 344 ambos do CPC;
- b) A **concessão do benefício da assistência judiciária gratuita**, tendo em vista que a Autora não apresenta, atualmente, condições financeiras suficientes para arcar com as custas processuais sem comprometer o seu sustento e da sua família, nos termos do art.

<sup>5</sup> TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00011104420148150521, - Não possui -, Relator DESA. MARIA DE FÁTIMA MORAES BEZERRA CAVALCANTI, j. em 20-09-2019)



98, da Lei 13.015/15;

- c) Que todas as publicações e comunicações dos atos processuais sejam realizadas em nome do advogado **PAULO ROBERTO DA SILVA ROLIM – OAB/PB 27.856**, cujo endereço eletrônico é [paulorolimadv@gmail.com](mailto:paulorolimadv@gmail.com) e endereço profissional na Rua Professor Manoel Coutinho, nº 391, João Pessoa-PB. CEP: 58030-222, sob pena de nulidade em caso de descumprimento, nos termos do **art. 272, § 5º, do CPC/2015**;
- d) Que submeta a parte autora à perícia médica, a fim de aquilatar o seu estado de saúde, facultando apresentação de quesitos, tal como autorizado pelo art. 12 da Lei 10.259/2001;
- e) Requer a dispensa da audiência de conciliação, conforme o art. 334, §4º, I, **§5º, do Código de Processo Civil, já que a matéria necessita da realização de perícia médica;**
- f) A **condenação da Ré ao pagamento da indenização, no valor de R\$ 11.812,50** (onze mil oitocentos e doze e cinquenta centavos), acrescidos de juros e correção monetária;
- g) A condenação da Ré ao **recolhimento de custas e pagamento dos honorários advocatícios**, à base de 20% sobre o total apurado quando da liquidação do julgado, ou critério deste douto Juízo;

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas admitidos em direito, em especial prova testemunhal, pericial, documental, bem como outras que se fizerem pertinentes.

Dando-se à causa o valor de **R\$ 11.812,50** (onze mil oitocentos e doze e cinquenta centavos)

Nesses termos,  
pede deferimento.

João Pessoa, 28 de setembro de 2020.

**PAULO ROBERTO DA SILVA ROLIM**  
**OAB/PB 27.856**



**PROCURAÇÃO AD JUDICIA ET EXTRA**

**OUTORGANTE:** Guilherme Cassimiro da Silva, portador do RG: 2.466.783, CPF: 046.451.399-85, residente no endereço: Rua Ben Jonim, 243, Sesi, Bayeux, PB, CEP: 58306060

**OUTORGADO:** **PAULO ROBERTO DA SILVA ROLIM**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/PB sob nº 27.856, cujo endereço eletrônico para qualquer comunicação é paulorolimm1@outlook.com e com endereço profissional situado à Rua Professor Manoel Coutinho, nº 391, Bairro dos Estados, João Pessoa/PB, CEP 58015-590.

**PODERES:** o outorgante nomeia e constitui o outorgado seu bastante procurador amplos poderes para o foro em geral, nos termos do art. 105 do NCPC, com a cláusula "ad judicium et extra", para representá-lo em repartições públicas federais, estaduais, autarquias e especialmente perante requerer junto à qualquer seguradora integrante do Consórcio **Seguro DPVAT**, o pagamento do sinistro, que vitimou em acidente de trânsito do cliente acima mencionado, conforme registrado pelo B.O. anexo ao processo.

Desta forma tratando de assuntos de seu interesse, assinando requerimentos e outros papéis, requerer indenizações, desistência, obter vistas em procedimento administrativo, conferindo-lhes ainda poderes para, em qualquer juízo, Instância ou tribunal, propor ação revisional e/ou inicial, seguindo-a até o final, utilizando-se dos recursos legais e acompanhando-os, sendo expressamente autorizados a confessar, prestar depoimento pessoal, desistir, renunciar aos valores excedentes a 60 salários mínimos em razão do procedimento especial (art. da lei 10.259/2010), transigir, firmar compromissos e acordos, receber intimações, citações administrativas ou judiciais, agindo tudo em conjunto ou separadamente, autorizado o subestabelecimento total ou parcial a outrem. Bem como, representar o(a) outorgante como se o(a) próprio(a) fosse, podendo requerer, **assinar recibos, assinar Declarações de endereço, assinar Autorização de Pagamento/Crédito de Indenização de Sinistro DPVAT, para o pagamento de quitação da Indenização de Sinistro DPVAT, bem como outras indenizações que se fizerem pertinentes**, enfim requerer e assinar todos os papéis e documentos que forem precisos e praticar todos os demais atos necessários para o mais amplo e fiel cumprimento do presente mandato.

**DECLARAÇÃO:** O(a) (s) outorgante(s) **DECLARA(M)**, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que não tem condições de arcar as despesas inerentes à presente ação, sem prejuízo de seu sustento e de sua família, necessitando, portanto, da gratuidade judiciária, indicando como seus advogados os outorgados acima nomeados, nos termos do § 4º do artigo 5º, da Lei 1.060/50 e art. 98 do NCPC.

João Pessoa, 19 de Agosto de 2020.

Guilherme Cassimiro da Silva  
Outorgante



20/02/2020

PHOTO-2020-02-20-10-57-47.jpg

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA

SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA

INSTITUTO DE POLICIA GENTIFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICACAO

DI917

POLEDAU DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

Carreira de Identidade



<https://mail.google.com/mail/u/0/?pli=1#inbox/FMfcgxwGDWlwDhDTJRVLzGZgMPRGWtth?projector=1&messagePartId=0.1>



Assinado eletronicamente por: PAULO ROBERTO DA SILVA ROLIM - 28/09/2020 22:27:43  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092822274241200000033309028>  
Número do documento: 20092822274241200000033309028

REGISTRO GERAL

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

NOME ERICKA CASSEMIRO DA SILVA

FILIAÇÃO Antônio José da Silva Filho

Luciene Cassemiro da Silva

Bejeux-PB.

Cert. de Nasc. 23.015.Fls.130.IIV.

DOC ORIGEM 22.

CPF

João Pessoa - PB

DATA DE NASCIMENTO 20.01.1984

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

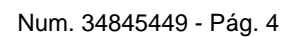
BRASIL

LIVRE

DA PIV/FOA



1010-2020-02-20-10-56-26.jpg





## LAUDO MÉDICO - RESUMO DE ALTA

NOME: <u>Enickia Carmine de Silva</u>				PRONTUÁRIO Nº	
IDADE	SEXO	POB	CLÍNICA	ENT	LEITO
DATA DE ADMISSÃO		DATA DE ALTA: <u>07/03/2020</u>		TEMPO DE PERMANÊNCIA	
DIAGNÓSTICO INICIAL: <u>Ex. exorta de púlsio fetal @</u>				CID: <u>582.3</u>	
DIAGNÓSTICO DEFINITIVO: <u>1 neno</u>					
DIAGNÓSTICO DIFERENCIAL					
PRINCIPAIS EXAMES: <u>Pro</u>					
PROCEDIMENTO REALIZADO: <u>Pro. cirúrgico de Ex. exorta de púlsio fetal @</u>					
TERAPÊUTICA MEDICAMENTOSA					
ANATOMIA PATOLÓGICA					
INFECÇÃO F.O. <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO		COLETA DE MATERIAL <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO			
RESULTADO BACTERIOLOGIA					
CONDIÇÕES DE ALTA <input checked="" type="checkbox"/> MELHORADO		<input type="checkbox"/> REMOVIDO		<input type="checkbox"/> A PEDIDO	
<input type="checkbox"/> CURADO		<input type="checkbox"/> ÓBITO			
RESUMO CLÍNICO (HISTÓRIA, EVOLUÇÃO, TERAPÊUTICA, COMPLICAÇÕES)					
<u>Pt. submetida a ex. cirúrgico de</u>					
<u>Ex. exorta de púlsio fetal @,</u>					
<u>Sem intercorrências</u>					
ORIENTAÇÕES PÓS ALTA					
DIETA: <u>Livre</u>					
REPOUSO: Relativo em casa por <u>30</u> dias.					
Retorno às atividades sem esforço físico em <u>30</u> dias.					
Retorno às atividades com esforço físico leve em <u>60</u> dias e com esforço maior em <u>90</u> dias.					
CUIDADOS COM A FERIDA OPERATÓRIA: Lave-la com água e sabão duas vezes por dia. Se sentir dor, calor, vermelhidão ou "inchaço" no local, ou se ocorrer febre, procurar imediatamente este Complexo Hospitalar.					
MEDICAÇÕES PARA CASA:					
RETORNO: Ao posto de saúde em _____ para retirada de pontos.					
Ao Ambulatório do <u>Dr. Temístocles Filho</u> em <u>30 dias</u> para revisão. <u>15 dias</u>					
DATA: <u>07/03/2020</u>					
Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar					
Para DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO					
TRABALHO, CONTINUIDADE DE TRATAMENTO					

Temístocles de A. R. Filho  
ASS. MÉDICO / CRM  
CRM-PB: 7618 / TEOT: 15747 / RQE: 5245







DESCRIÇÃO DA CIRURGIA	
<b>Posição e Preparo:</b>	
	Paciente em DDH 45° anular
	Ampliação T anti signo
	Aplicação de compres interno
<b>Incisão:</b>	
<b>Achados:</b>	
<b>Conduta:</b>	
<b>Fechamento:</b>	
<b>OBS:</b>	

Data: 07/05/2020

Temistocles de A. R. Filho  
ORTOPEDISTA E TRAUMATOLOGISTA  
CRM-PB 7618 / TEOT: 15747 / RQE: 5245

MÉDICO/CRM

Rua Ag. Fiscal José Costa Duarte, S/N, CEP 58056-384, Mangabeira II, João Pessoa - PB.





## RELATÓRIO DE CIRURGIA

Nome: <i>Euclides L. Lima</i>				Registro:	
Idade:	Sexo:	Cor:	Clínica:	EMP:	LR:
Data:	Cirurgião: <i>Ricardo R. Chacabarro</i>			1º Assistente:	
2º Assistente:		3º Assistente:		Instrumentador:	
Anestesista:		Tipo Anestesia:		Horário: I:	T:
DIAGNÓSTICO (S) PRÉ-OPERATÓRIO				CID	
<i>Fração exposta pelo fêmur (E)</i>					
DIAGNÓSTICO (S) PÓS-OPERATÓRIO				CID	
<i>D. Menor</i>					
PROCEDIMENTO (S) CIRÚRGICO (S)				CÓDIGO	
<i>Limpeza e costura 5F090</i>					
Acidente durante Ato Cirúrgico 1 ( ) Sim 2 ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Não				Descreva:	
Biópsia de Congelação: 1 ( ) Sim 2 ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Não					
Encaminhamento do Paciente após Ato Cirúrgico: 1 ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Enfermaria 2 ( ) Terapia Intensiva 3 ( ) Residência 4 ( ) Óbito durante o Ato Cirúrgico					



## DESCRIÇÃO DA CIRURGIA

Posição e Preparo:

Incisão:

Amplia MIE

Achados:

Incisão lateral para fechar  
manter o mesmo para distal (E)

Conduta:

Limpou manuseio 10 litros 50,9%

lutar pelo 7 litros

Tubo suprapúblico

Procedimento sem intercorrências

Fechamento:

OBS:

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

MÉDICO/CRM

Rua Ag. Fiscal José Costa Duarte, S/N, CEP 58056-384, Mangabeira II, João Pessoa - PB.





Hospital Estadual de  
Emergência e Trauma  
Senador Humberto Lucena



Seus todos  
**PARAÍBA**  
Governo do Estado

## Receituário

Paciente: ERICKA CASSEMIRO DA SILVA

Idade: 36

Data: 17/02/2020 00:21:26

Sexo: Feminino

CPF: Não Informado

BAE: 1223479

PACIENTE VÍTIMA DE ACIDENTE MOTOCICLISTICO COM TRAUMA EM PERNA ESQUERDA.  
APRESENTA EXPOSIÇÃO PUNTIFORME EM TERÇO DISTAL DE PERNA ESQUERDA;  
RXS DE PERNA ESQ.: FRATURA DE PILÃO TIBIAL.  
CD: PRESCREVO IMOBILIZAÇÃO; CEFALOTINA, 2G, AGORA. ANALGÉSICOS.  
CONFORME PACTUAÇÃO ENTRE ORTOTRAUMA E HOSPITAL DE TRAUMA, ENCAMINHO  
PACIENTE APÓS LIBERAÇÃO DE DEMAIS CLÍNICAS.

Stefferson Pinheiro Diniz  
Traumato-ortopedista  
CRM-PB 5762

Dr. STEFFERSON PINHEIRO DINIZ

5762/PB

HEETSHL - Hospital Estadual de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena  
Av. Orestes Lisboa, S/N Conj. Pedro Gondim João Pessoa - Paraíba - Cep: 58031-090

CNES: 2593262 - FONE: (\*\*83) 3216-5736 / 3216-5775





## Hospital Estadual de Emergência e Trauma

Senador Humberto Lucena



*Santa*  
**PARAIBA**  
Governo do Estado

Endereço: RUA ORESTES LISBOA, S/N, PEDRO GONDIM, JOAO PESSOA - PB, 58031090  
Tel: 32165700 - CNES: 2593262

Paciente	BAE	Data/Hora Entrada	Data Baixa
<b>ERICKA CASSEMIRO DA SILVA</b>	<b>1223479</b>	<b>16/02/2020 22:42:12</b>	
Data de nascimento	Idade	Sexo	Telefone de Contato
20/01/1984	36a 28d	Feminino	(83) 987900690
Mãe		CNS	Prontuário
<b>LUCIENE CASSEMIRO DA SILVA</b>			
Endereço	Bairro	Município	UF
<b>BOM JESUS, 234</b>	<b>SESI</b>	<b>BAYEUX</b>	<b>PB</b>
Acidente	Motivo	Profissional	Nº Cons. Regional
<b>QUEDA / OUTROS</b>	<b>ACIDENTE DE MOTOCICLETA</b>	<b>JOSE RAMALHO DA SILVA NETO</b>	<b>77703/PB</b>
Data/Hora Classificação		Data/Hora Prescrição	
<b>16/02/2020 22:42:12</b>		<b>17/02/2020 00:45:19</b>	

### ANAMNESE

### NEUROCIRURGIA ##### TCÉ LEVE VÍTIMA DE ACIDENTE MOTOCICLISTICO, NEGA QERVICALGIA, CEFALIA DE LEVE INTENSIDADE. APRESENTA-SE CONSCIENTE, ORIENTADA, COLABORATIVA, GLASGOW 15. DIAGNOSTICADA FRATURA EM MIE, ENCAMINHADA PARA TRAUMINHA PELA ORTOPEDIA. CONSCIENTE, ORIENTADA, COLABORATIVA, GLASGOW 15 ISOCÓRICA, RFM +, MOBILIZANDO MEMBROS. # TAC DE CRÂNIO # - SEM LESÕES AGUDAS INTRACRANIANAS # CONDUTA # ALTA DA NEUROCIRURGIA AOS CUIDADOS DA ORTOPEDIA

### Conduta

Em observação

Enfermeiro

  
JOSE RAMALHO DA SILVA NETO  
(CRM: 77703/PB)

Boletim registrado por: MARCIO MACEDO DA SILVA em 16/02/2020 22:42:12





**CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA**  
**Nº 018300.01.2020.0.00.704**

A Delegacia Online CERTIFICA a requerimento escrito, via Internet, de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial nº 018300.01.2020.0.00.704 analisado pelo policial civil João Paulo B. de Azevedo, matrícula 1549324 cujo teor passo a transcrever na íntegra: às 18:21 min do dia 01/05/2020, na Delegacia Online, **Ericka Casemiro da Silva**, nacionalidade Brasileiro(a), profissão Desempregada, nascido(a) em 20/01/1984, idade 36, estado civil Solteiro (a), de cor Parda, filho(a) de Luciene Casemiro da Silva e Antonio José da Silva Filho, CPF 046.451.344-85, residente e domiciliado(a) no(a) Rua Bom Jesus, nº 243, bairro Sesi, na cidade de Bayeux/PB. CEP: 58306060, telefone(s) (83) 9 8790-0691, registrou o seguinte:

**Dados do(s) Fato(s):**

Data/Hora do fato: 17/02/2020 23:00h; Tipificação: **Boletim Emergencial**; Tipo do Local: Via Aberta; Local do Fato: Rua Diogenes Chianca, SESI, Bayeux/PB.

**E NOTIFICOU O SEGUINTE:**

A NOTIFICANTE, noticiou que sofreu uma queda de moto, no dia: 17/02/2020 às 23:00 horas, no endereço acima mencionado, onde ela se encontrava na GARUPA da moto HONDA/CG 160 FAN, ANO/MOD: 2018/2019, COR: VERMELHA, PLACA: OGA5221/PB, CHASSI: 9C2KC2200KR103391, DE PROPRIEDADE: TARCISIO CUSTODIO DE LIMA, CPF: 540.008.587-34. A mesma relata que estava na garupa da referida moto conduzida por ESTENILDO DOS SANTOS LIMA, CPF: 012.509.274-12, de onde iriam comprar lanches e ao se aproximar da Tambay Motors, quando o condutor foi passar por uma lombada ela se desequilibrou e caiu ao SOLO, com isso o condutor da referida moto junto com moradores vizinhos prestaram atendimentos e acionaram o CORPO DE BOMBEIROS, que ao chegar ao local encaminhou a vítima direto para o COMPLEXO HOSPITALAR DE MANGABEIRA (TRAUMINHA), dando entrada nesta unidade por volta de 01:00 hora da madrugada do dia: 18/02/2020 e que foi atendida por médicos de plantão e após passar por exames foi DIAGNOSTICADA: FRATURA EXPOSTA DO PLATO TIBIAL ESQUERDO, com isso foi direcionada direto para o bloco cirúrgico por onde passou por procedimentos e vindo a receber alta no dia: 07/03/2020.

**ATENÇÃO:** Esse Boletim só é válido com a assinatura do declarante. A veracidade do mesmo pode ser checada no site da Delegacia Online através do código de controle. [www.delegaciaonline.pb.gov.br](http://www.delegaciaonline.pb.gov.br). Tel. (83) 3612-8612 ( 8h-18). E-mail: [delegaciaonline@seds.pb.gov.br](mailto:delegaciaonline@seds.pb.gov.br).



Sendo o que havia a constar, cientificado o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expeço a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.

*Ericka Cassemiro da Silva*

Ericka Cassemiro da Silva

da Silva

2D6283313B057398FB4AAFCBAD3AF70

Código de Controle



**ATENÇÃO:** Esse Boletim só é válido com a assinatura do declarante. A veracidade do mesmo pode ser checada no site da Delegacia Online através do código de controle. [www.delegaciaonline.pb.gov.br](http://www.delegaciaonline.pb.gov.br). Tel. (83) 3612-8612 ( 8h-18). E-mail: [delegaciaonline@seds.pb.gov.br](mailto:delegaciaonline@seds.pb.gov.br).





**SINISTRO 3200167386 - Resultado de consulta por beneficiário****VÍTIMA** ERICKA CASSIMIRO DA SILVA**COBERTURA** Invalidez**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO** Compreve  
Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB**BENEFICIÁRIO** ERICKA CASSIMIRO DA SILVA**CPF/CNPJ:** 04645134485**Posição em 19-08-2020 17:29:15**

O pedido de indenização está em fase final de análise na Seguradora Líder-DPVAT. Em breve, o pagamento da indenização será liberado.

Por gentileza, volte a consultar seu processo neste site dentro de 4 dias.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
18/08/2020	R\$ 1.687,50	R\$ 0,00	R\$ 1.687,50





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**16ª Vara Cível da Capital**

**PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)0848203-79.2020.8.15.2001**

**AUTOR: ERICKA CASSIMIRO DA SILVA**

**REU: MAPFRE**

Vistos, etc.

Defiro o pedido de Justiça Gratuita

Diante das especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação.(CPC, art.139, VI e Enunciado n.35 da ENFAM).

Cite-se a parte Ré para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

A ausência de contestação implicará revelia, o que poderá resultar presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos.

João Pessoa/PB, na data da assinatura eletrônica

